

# Demonstrações Contábeis

**HOSPITAL SAO JOÃO BATISTA**

CNPJ: 91.616.805/0001-10

31 de dezembro de 2025 e 2024

Com Relatório do Auditor Independente

## Demonstrações Contábeis

HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA  
CNPJ nº 91.616.805/0001-10  
BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 (em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>	<b>28.237.646,57</b>	<b>24.872.118,59</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.855.481,66</b>	<b>7.377.730,65</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>5.416.610,50</b>	<b>3.239.907,63</b>
Caixa	1.319,40	1.074,39
Bancos Conta Corrente	134.039,10	197.184,10
Aplicações Financeiras sem Restrições	3.814.265,34	2.715.563,21
Aplicações Financeiras com Restrições	1.466.986,66	326.085,93
<b>Clientes e Outros Recebíveis</b>	<b>2.482.368,23</b>	<b>2.720.222,48</b>
Convênios	1.564.686,24	1.377.977,73
Prefeitura Nova Prata	1.024.626,53	1.507.041,96
Outras Prefeituras	97.893,29	57.758,75
Clientes Particulares	189.287,44	210.418,77
EPCLD	(394.125,27)	(432.974,73)
<b>Estoques</b>	<b>906.891,80</b>	<b>1.066.316,72</b>
Materiais e Medicamentos	680.561,80	825.641,36
Material de Consumo	226.330,00	240.675,36
<b>Despesas do Exercício Seguinte</b>	<b>4.564,20</b>	<b>8.520,76</b>
Valores a Apropriar	4.564,20	8.520,76
<b>Outros Valores Recebíveis</b>	<b>1.045.046,93</b>	<b>342.763,06</b>
Adiantamento a Funcionários	60.564,24	25.472,55
Indenização Processo Judicial - Municípios	662.350,54	0,00
Outros Créditos	322.132,15	317.290,51
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>18.382.164,91</b>	<b>17.494.387,94</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>274.178,04</b>	<b>1.308.436,31</b>
Depósitos Judiciais	34.113,19	31.538,45
Créditos com Prefeituras em Discussão Judicial	240.064,85	2.954.509,17
EPCLD Créditos com Prefeituras	0,00	(1.677.611,31)
<b>Investimentos</b>	<b>450,00</b>	<b>450,00</b>
Cota Capital Sicredi	450,00	450,00
<b>Propriedades Para Investimentos</b>	<b>146.363,92</b>	<b>157.949,92</b>
Edificações	289.650,96	289.650,96
Terrenos	2.692,23	2.692,23
(-) Depreciação Acumulada	(145.979,27)	(134.393,27)
<b>Imobilizado</b>	<b>17.926.836,61</b>	<b>15.994.115,22</b>
Moveis e Utensílios	3.519.420,72	2.312.656,68
Maquinas e Equipamentos	1.164.508,05	1.149.700,08
Aparelhagem Hospitalar	10.291.302,31	10.403.604,35
Instrumental Cirúrgico	283.181,18	283.181,18
Instalações	809.083,15	820.508,16
Veículos	61.626,15	61.626,15
Equipamentos Processamento Dados	973.674,15	926.674,33
Instalações Telefônicas	71.784,13	71.784,13
Terrenos	34.230,11	34.230,11

Edificações	119.200,26	119.200,26
Benfeitorias	5.480.862,40	5.094.891,67
Obras em Andamento	7.904.297,33	6.425.263,14
(-) Depreciação Acumulada	(12.786.333,33)	(11.709.205,02)
<b>Intangível</b>	<b>34.336,34</b>	<b>33.436,49</b>
Software	141.778,30	128.325,78
Amortização Software	(107.441,96)	(94.889,29)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>PASSIVO</b>	<b>28.237.646,57</b>	<b>24.872.118,59</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.441.547,93</b>	<b>5.147.642,02</b>
Fornecedores	2.272.293,20	2.479.336,32
Empréstimos e Financiamentos	334.795,34	140.350,87
Obrigações Trabalhistas	716.685,42	618.900,43
Obrigações Sociais e Fiscais	551.686,67	461.905,54
Provisões Trabalhistas	1.289.251,72	1.268.209,53
Adiantamento de Clientes	274.217,66	176.233,69
Outras Obrigações	2.617,92	2.705,64
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>14.639.454,80</b>	<b>11.426.462,36</b>
Empréstimos e Financiamentos	2.824.561,37	1.578.947,37
Subvenções a Realizar	7.561.293,43	5.682.514,99
Provisão para Contingências Jurídicas	4.253.600,00	4.165.000,00
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>8.156.643,84</b>	<b>8.298.014,21</b>
Patrimônio Social	8.298.014,21	8.570.456,73
<i>Superávit (Déficit) do Período</i>	(141.370,37)	(272.442,52)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA**  
**CNPJ nº 91.616.805/0001-10**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**  
**Exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 (em Reais)**

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>54.792.298,40</b>	<b>54.452.011,57</b>
Receitas SUS	8.599.632,09	8.693.465,79
Receitas Convênios e Particulares	17.602.593,24	19.874.148,39
Receitas Subvenções	22.160.205,19	20.496.716,67
Receitas com Aluguéis	827.896,65	647.725,80
Receitas com Doações	364.531,18	133.333,82
Receitas com Gratuidades	0,00	29.160,04
Receitas Diversas	76.545,50	48.994,79
Isenções Tributárias	5.407.292,24	5.056.759,25
(-) Deduções da Receita Serviço Saúde	(246.397,69)	(528.292,98)
<b>(-) DESPESA OPERACIONAL ÁREA SAÚDE</b>	<b>(39.638.889,95)</b>	<b>(39.215.325,50)</b>
Custos Hospitalares	(23.138.019,52)	(23.746.092,34)
Serviços Médicos	(16.500.870,43)	(15.440.073,12)
Despesas com Gratuidades	0,00	(29.160,04)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>15.153.408,45</b>	<b>15.236.686,07</b>
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(15.056.001,67)</b>	<b>(15.537.173,59)</b>
Despesas com Pessoal e Encargos	(3.103.876,56)	(2.870.089,52)
Despesas Administrativas	(2.617.732,11)	(2.168.372,51)
Serviços de Terceiros	(1.746.852,04)	(1.950.836,49)
Despesa com Créditos Incobráveis - Discussão Judicial	(1.324.568,01)	(1.677.611,31)
Depreciações e Amortizações	(1.002.983,94)	(976.473,70)
Despesas com Impostos e Taxas	(44.645,36)	(44.744,55)
Despesas com Tributos Isentos	(5.407.292,24)	(5.056.759,25)
Provisão para Contingências	(88.600,00)	(34.000,00)
Despesas Gerais	(724.349,02)	(758.286,26)
Receita com Processos Judiciais - Municípios	1.004.897,61	0,00
<b>RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>97.406,78</b>	<b>(300.487,52)</b>
Receitas Financeiras	170.430,02	199.093,38
Despesas Financeiras	(409.207,17)	(171.048,38)
<b>SUPERÁVIT/DEFICIT DO PERÍODO</b>	<b>(141.370,37)</b>	<b>(272.442,52)</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA**  
**CNPJ nº 91.616.805/0001-10**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**  
**Exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 (em Reais)**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<i>Superávit (Déficit) do Período</i>	(141.370,37)	(272.442,52)
Depreciações e Amortizações	1.101.266,98	1.088.911,06
<b>Origens Geradas Pelas Operações</b>	<b>959.896,61</b>	<b>816.468,54</b>
<b>( - ) Aumentos do Ativo</b>	<b>733.210,13</b>	<b>(353.802,34)</b>
(Aumento) Redução Contas Particulares a Receber	21.131,33	(77.492,73)
(Aumento) Redução Convênios a Receber	2.970.016,70	(2.040.111,57)
Aumento (Redução) EPCLD	(1.716.460,77)	1.743.377,70
(Aumento) Redução dos Estoques	159.424,92	(5.928,45)
(Aumento) Redução Outras Contas	(700.902,05)	26.352,71
<b>( - ) Aumentos do Passivo</b>	<b>2.066.839,88</b>	<b>741.376,42</b>
Aumento (Redução) Fornecedores	(207.043,12)	409.898,33
Aumento (Redução) Obrigações	208.608,31	175.666,27
Aumento (Redução) Outras Obrigações	97.896,25	(231.555,55)
Aumento (Redução) Subvenções a Realizar	1.878.778,44	353.367,37
Aumento (Redução) Provisão para Contingências	88.600,00	34.000,00
<b>Disponibilidades Geradas Pelas Operações</b>	<b>3.759.946,62</b>	<b>1.204.042,62</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.440.058,47</b>	<b>1.719.298,24</b>
Aumento (Redução) Empréstimos de Curto Prazo	194.444,47	140.350,87
Aumento (Redução) Empréstimos a Longo Prazo	1.245.614,00	1.578.947,37
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(3.023.302,22)</b>	<b>(2.215.848,24)</b>
Aquisição de Bens do Imobilizado	(3.433.291,89)	(2.401.668,77)
Baixa Bens Imobilizado	423.442,19	185.820,53
Aquisição de Intangível	(13.452,52)	0,00
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.176.702,87</b>	<b>707.492,62</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.176.702,87</b>	<b>707.492,62</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5.416.610,50	3.239.907,63
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3.239.907,63	2.532.415,01

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA**  
**CNPJ nº 91.616.805/0001-10**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 (em Reais)**

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Resultado do Período</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>Resultados Abrangentes</b>	<b>Total dos Resultados Abrangentes</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>8.679.495,15</b>	<b>(109.038,42)</b>	<b>8.570.456,73</b>	0,00	<b>8.570.456,73</b>
Transferência para o Patrimônio Social	(109.038,42)	109.038,42	<b>0,00</b>	0,00	0,00
Déficit do Período	0,00	(272.442,52)	<b>(272.442,52)</b>	0,00	(272.442,52)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>8.570.456,73</b>	<b>(272.442,52)</b>	<b>8.298.014,21</b>	0,00	<b>8.298.014,21</b>
Transferência para o Patrimônio Social	(272.442,52)	272.442,52	<b>0,00</b>	0,00	0,00
Déficit do Período	0,00	(141.370,37)	<b>(141.370,37)</b>	0,00	(141.370,37)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>8.298.014,21</b>	<b>(141.370,37)</b>	<b>8.156.643,84</b>	0,00	<b>8.156.643,84</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA**  
**CNPJ nº 91.616.805/0001-10**  
**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31/12/2025 e 31/12/2024 (em Reais)**

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

O **HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA** é uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter assistencial, que se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável e tem por finalidade preponderante a atividade na área da saúde e desenvolve esta e as demais atividades de forma contínua e permanente, respeitando o princípio da universalidade do atendimento, sendo-lhe permitido para tanto: (a) prestar serviços de atendimento e atenção à saúde humana, nos limites de suas possibilidades, a todos que o procurarem no sentido de proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, sem qualquer tipo ou espécie de distinção; (b) desenvolver atividades educacionais e de saúde, para formação de profissionais; e (c) promover a integração dos diversos profissionais da área da saúde ao mercado de trabalho.

**NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais incluem as disposições contidas na Lei das sociedades por ações (Lei nº 6404/76 e alterações), legislação específica aplicável a entidades de fins não econômicos, Lei Complementar nº 187/2021 e regulamentações e Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

**NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa** – Os valores contabilizados neste subgrupo, representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez. Os valores de aplicações financeiras com restrições são aquelas oriundas e subvenções a realizar.

**b) Contas a Receber de Clientes** – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

**c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD** – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência e as glosas ocorridas nos últimos três anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

**d) Estoques** – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data das demonstrações contábeis.

**e) Imobilizado e Intangível** – Os bens integrantes do Imobilizado e Intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

**f) Depreciação do Imobilizado** – A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação societária vigente, consideradas adequadas pela administração.

**g) Obras em Andamento** – As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto acrescidas de custo de mão-de-obra e aquisições de materiais. Os valores de obras já prontas são transferidos para as contas de imobilizado adequadas. Permanece contabilizado a construção em andamento das alas dos fundos na qual as obras

estão paralisadas desde 2000. Em 2022 foi iniciada a construção da Obra do Novo Pronto atendimento que tem previsão de término 2025.

**h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos** – A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, na Deliberação CVM nº 527 e na NBC TG 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No período não foram apontadas divergências relevantes que obrigasse a Entidade a registrá-las em sua contabilidade.

**i) Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, também, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes trabalhistas. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.

**j) Regime de Competência** – Critérios de Apuração de Receitas e Despesas – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o Regime de Competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas, de acordo com a NBC.

**k) Reconhecimento da Isenção tributária** – Foi reconhecida como receita e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS, da COFINS, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.

**l) Aplicação dos Recursos** – As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

**m) Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

**n) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes** – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante. Os ativos e passivos com vencimento acima de 360 dias ou que não tenham data definida para realização estão classificados como não circulantes.

**o) Ajuste a Valor Presente** – Em cumprimento a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.17 - Ajuste a Valor Presente e a Lei nº 11.638/07, foi efetuada análise específica quanto à necessidade ou não de aplicação do procedimento de Ajustes a Valor Presente, não sendo apurado nenhum efeito significativo ou relevante que justificasse, nos ativos e passivos, a adoção deste procedimento.

**p) Obrigações Trabalhistas** – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

**q) Contas a Pagar a Fornecedores** – Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros.

**r) Contas a Pagar de Honorários Médicos** – Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.

**s) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC** – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/09 e também com a Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

**t) Demonstração dos Resultados Abrangentes** – Foi incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, não apresentando variações.

#### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e os equivalente de caixa estão assim compostos:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2025	2024
Caixa	1.319,40	1.074,39
Bancos Conta Corrente	134.039,10	197.184,10
Aplicações Financeiras sem Restrições	3.814.265,34	2.715.563,21
Aplicações Financeiras com Restrições	1.466.986,66	326.085,93
<b>TOTAL</b>	<b>5.416.610,50</b>	<b>3.239.907,63</b>

#### NOTA 5 – EPCLD – ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A EPCLD – Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa foi atualizada no exercício de 2025 para o valor de R\$394.125,27 com base na perda média de perdas dos últimos três exercícios. Foi desconstituída a EPCLD no Ativo Não Circulante de R\$1.677.611,31 sobre os créditos a receber de prefeituras, que estava em litígio judicial, assunto tratado na NOTA 18 – PROCESSO JUDICIAL.

#### NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio que não superam os preços de mercado e refere-se somente aos medicamentos, materiais hospitalares e materiais de consumo e os saldos são respectivamente os seguintes:

ESTOQUES	2025	2024
Drogas e Medicamentos	204.152,73	253.497,79
Materiais	264.203,77	274.579,56
Fios Cirúrgicos	46.356,26	52.039,24
Soros	28581,57	27.613,81
Medicamentos Quimioterápicos	137.267,47	217.910,96
Material de Expediente	41.828,78	53.353,02
Material de Higiene	45.116,63	43.346,94
Gêneros Alimentícios	36.258,76	61.473,44
Equipamentos de Proteção Individual	14.590,87	10.587,49
Material de Consumo	80.645,08	63.307,13
Combustível	7.889,88	8.607,34
<b>TOTAL</b>	<b>906.891,80</b>	<b>1.066.316,72</b>

#### NOTA 7 – IMOBILIZADO, INVESTIMENTOS E INTANGÍVEL

A movimentação do Imobilizado, Investimentos e Intangível no exercício de 2025 foi a seguinte:

	SALDO 31/12 2024	Entradas	Baixas e Vendas	Transf.	Depreciação	SALDO 31/12 2025
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.185.951,63</b>	<b>3.446.587,52</b>	<b>(423.285,30)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.101.266,98)</b>	<b>18.107.986,87</b>
<b>Investimentos</b>	<b>450,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>450,00</b>
Cota Capital Sicredi	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00
<b>Propriedades Para Investimentos</b>	<b>157.949,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(11.586,00)</b>	<b>146.363,92</b>
Edificações	289.650,96	0,00	0,00	0,00	0,00	289.650,96
Terrenos	2.692,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2.692,23
(-) Depreciação Acumulada	(134.393,27)	0,00	0,00	0,00	(11.586,00)	(145.979,27)
<b>Imobilizado</b>	<b>15.994.115,22</b>	<b>3.433.135,00</b>	<b>(423.285,30)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.077.128,31)</b>	<b>17.926.836,61</b>

Moveis e Utensílios	<b>2.312.656,68</b>	180.179,05	(113.415,01)	0,00	0,00	2.379.420,72
Maquinas e Equipamentos	<b>1.149.700,08</b>	43.032,03	(28.224,06)	0,00	0,00	1.164.508,05
Aparelhagem Hospitalar	<b>10.403.604,35</b>	1.290.479,00	(262.781,04)	0,00	0,00	11.431.302,31
Instrumental Cirúrgico	<b>283.181,18</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	283.181,18
Instalações	<b>820.508,16</b>	0,00	(11.425,01)	0,00	0,00	809.083,15
Veículos	<b>61.626,15</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	61.626,15
Equipamentos Informática	<b>926.674,33</b>	54.440,00	(7.440,18)	0,00	0,00	973.674,15
Instalações Telefônicas	<b>71.784,13</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	71.784,13
Terrenos	<b>34.230,11</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	34.230,11
Edificações	<b>119.200,26</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	119.200,26
Benfeitorias	<b>5.094.891,67</b>	0,00	0,00	385.970,73	0,00	5.480.862,40
Obras em Andamento	<b>6.425.263,14</b>	1.865.004,92	0,00	(385.970,73)	0,00	7.904.297,33
(-) Depreciação Acumulada	<b>(11.709.205,02)</b>	0,00	0,00	0,00	<b>(1.077.128,31)</b>	(12.786.333,33)
<b>Intangível</b>	<b>33.436,49</b>	<b>13.452,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(12.552,67)</b>	<b>34.336,34</b>
Software	<b>128.325,78</b>	13.452,52	0,00	0,00	0,00	141.778,30
Amortização Software	<b>(94.889,29)</b>	0,00	0,00	0,00	(12.552,67)	(107.441,96)

As obras em andamento estão assim apresentadas:

<b>IMOBILIZADO EM ANDAMENTO</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Obras em Andamento-Ala Fundos	1.013.206,81	1.013.206,81
Reforma Maternidade	141.889,43	43.358,80
Obra Centro Obstétrico /Bloco	7.500,00	0,00
Obra Endoscopia	0,00	821,94
Obra Novo Pronto Atendimento - Recursos Próprios	2.888.274,16	1.430.921,74
Obra Novo Pronto Atendimento – Recursos com Restrição	3.173.725,02	3.173.725,02
Maquinas E Equipamentos Instalação Em Andamento	603.109,88	603.146,77
Obra Corredores	0,00	122.800,92
Obra Ampliação Hemodiálise	57.271,96	26.366,64
Obra Condomínio	0,00	10.914,50
Obra Centro de Imagem	8030,07	0,00
Obra Maternidade – Recurso restrito	3790,00	0,00
Obra UTI	7500,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.904.297,33</b>	<b>6.425.263,14</b>

As Propriedades para Investimentos são bens e direitos que não se destinem à manutenção das atividades fim da Entidade e que estão alugadas a terceiros.

#### **NOTA 8 – SUBVENÇÕES E INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS E DOAÇÕES**

A entidade recebeu de órgãos públicos a título de auxílios e convênios em 2025 os valores de R\$ 22.160.205,19 e em 2024 os valores de R\$ 20.496.716,67, sendo da seguinte forma:

<b>Subvenções e Incentivos Governamentais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Integrasus	33.448,80	33.448,80
Convenio Municipal	1.048.017,10	4.846.827,34
Incentivos ASSISTIR/Portas Abertas	1.278.662,46	948.904,72

Incentivo a Contratualização - IAC	561.111,48	561.111,48
Convenio Municipal - Incentivo Pronto Atendimento	7.972.868,68	8.136.863,04
Incentivo ASSISTIR - Rede Cegonha	495.734,33	431.643,47
Receita de Subvenção Custeio	3.144.151,08	2.210.405,49
Incentivo ASSISTIR - Oftalmologia	1.765.461,83	777.527,59
Receita Incentivo Hemodiálise	401.451,00	1.422.534,74
Receita Subsidio Piso da Enfermagem	1.251.609,50	1.127.450,00
Receita Convenio Municipal – Inc.cirurgicos	3.284.379,32	0,00
Receita Hemodialise – Incentivo Federak	851.176,92	0,00
Receita de Subvenção PRONON	72.132,69	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>22.160.205,19</b>	<b>20.496.716,67</b>

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Para a contabilização das subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Os recursos recebidos foram aplicados na manutenção dos programas e obras sociais e filantrópicas da Entidade. Eventualmente a Entidade recebe doações ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas. Em conformidade com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, estas receitas são reconhecidas no resultado.

Doações Diversas	2025	2024
Doações Brechó	54.671,00	27.422,00
Doações de Bens e em Espécie	267.473,25	10.196,27
Donativos de Materiais e Medicamentos	28.750,68	84.115,29
Receitas da Nota Fiscal Gaúcha	13.636,25	11.600,26
<b>TOTAL</b>	<b>364.531,18</b>	<b>133.333,82</b>

#### NOTA 9 – RECEITAS

Em atendimento à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços em saúde), são mensuradas pelo valor original recebido ou a receber, com base nos atendimentos efetuados. Outras receitas (fins e sustentáveis) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

#### NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JURÍDICAS

A provisão para contingências jurídicas foi ajustada baseada em relatórios fornecidos pelos advogados da Entidade, passando a ser o saldo de R\$ 4.253.600,00 para causas trabalhistas e Cíveis dadas como prováveis de perda, valor este contabilizado. Para causas dadas como possíveis ficou estipulado o valor de R\$ 518.979,11, sendo que estas não são contabilizadas.

#### NOTA 11 – CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 187/2021 e regulamentações, do Decreto nº 11.791/2023 e da Portaria GM/MS nº 834/2016, durante o exercício de 2025 os pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, foram de 83,39% (88,39% em 2024) do total de sua capacidade operacional, conforme quadro:

	2025		2024	
	Quant.	%	Quant.	%
<b>Pacientes/Dia</b>				
Número Pacientes/Dia SUS	6.922	71,89%	7.249	76,89%
Número Pacientes/Dia Não SUS	2.706	28,11%	2.179	23,11%

<b>Total Pacientes/Dia</b>	<b>9.628</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.428</b>	<b>100,00%</b>
<b>Atendimentos Ambulatoriais</b>	<b>Quant.</b>		<b>Quant.</b>	
SUS	29.871	86,21%	29.826	85,56%
Não SUS	4.778	13,79%	5.034	14,44%
<b>Total de Atendimentos Ambulatoriais</b>	<b>34.649</b>	<b>100,00%</b>	<b>34.860</b>	<b>100,00%</b>
<b>Atenção a ações prioritárias:</b>				
I - atenção obstétrica e neonatal;	<b>N</b>	0,00%	<b>N</b>	0,00%
II - atenção oncológica;	<b>N</b>	0,00%	<b>N</b>	0,00%
III - atenção às urgências e emergências;	<b>S</b>	1,50%	<b>S</b>	1,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	<b>N</b>	0,00%	<b>N</b>	0,00%
V - hospitais de ensino.	<b>N</b>	0,00%	<b>N</b>	0,00%
<b>Total</b>		<b>1,50%</b>		<b>1,50%</b>
<b>Atendimento SUS</b>				
Número Pacientes/Dia SUS		71,89%		76,89%
Atendimento Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Atenção a ações Prioritárias		1,50%		1,50%
<b>Total % Atendimento SUS</b>		<b>83,39%</b>		<b>88,39%</b>

Estes valores superam a quantidade mínima de atendimento exigido, que é de 60%. É importante destacar que a Entidade não estabelece nenhum limite quantitativo ou de demanda, atendendo a 100% da população que aceita as condições de atendimentos estabelecidos na legislação do próprio SUS.

#### NOTA 12 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade, por meio da Portaria SAES/MS nº 1.440 de 31/01/2024, teve prorrogada a validade do CEBAS – Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social junto ao Ministério da Saúde, até 31/12/2025. A solicitação de renovação foi protocolada em 14/07/2025, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, e encontra-se aguardando análise do Ministério da Saúde. Até a presente data o processo não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no parágrafo segundo, do artigo 37, da Lei complementar nº 187/2021, que estabelece que “a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”. Assim lhe permitirá a continuidade da isenção da incidência da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, da COFINS e da Contribuição ao INSS. Para tanto já está atendendo aos quesitos da Lei Complementar nº 187/2021. As instituições de saúde (matriz e filial) mantêm atualizado seus dados no CNES – Cadastro Nacional de Entidades de Saúde.

São demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções sociais, como se devido fossem durante os exercícios:

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS	2025	2024
Cota Patronal INSS	3.922.104,30	3.556.618,53
COFINS	1.485.187,94	1.500.140,72
<b>TOTAL</b>	<b>5.407.292,24</b>	<b>5.056.759,25</b>

Tais valores foram contabilizados entre os custos e despesas operacionais nos referidos exercícios e como receita operacional, não alterando, assim, o resultado apurado no exercício.

#### NOTA 13 – SUBVENÇÕES A REALIZAR

As Subvenções a Realizar, com saldo em 2025 de R\$ 5.682.514,99 e em 2023 o saldo foi de R\$ 5.329.147,62, estão compostas da seguinte forma:

SUBVENÇÕES A REALIZAR	2025	2024
Subvenção Governamentais para Investimentos - Saldo a Depreciar	1.781.083,33	2.142.584,03
Subvenções para Obras e Benfeitorias - Não Realizadas	3.000.000,00	3.000.000,00

Juros de Aplicações Financeiras a Realizar	325.881,56	325.881,56
Subvenção de Custeio a Realizar	833.398,07	0,00
Subvenção de Subsidio Piso da Enfermagem	355.502,79	214.049,40
Subvenção Pronon Assistencial	1.265.427,68	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.561.293,43</b>	<b>5.682.514,99</b>

#### NOTA 14 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O *déficit* do período de 2025 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, em especial no item 15, que descreve que o *superávit* sem restrição ou o *déficit* do exercício deve ser incorporado a conta de Patrimônio Social.

#### NOTA 15 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - CUMPRIMENTO DO ARTIGO 14 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR 187/2021

O **Hospital São João Batista** é certificado como Entidade Beneficente e de Assistência Social nos termos da Lei Complementar nº 187/2021 e do Decreto nº 11.791/2023 e atende, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- Não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu Estatuto Social, bem como não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- Aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão e conserva, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Apresenta as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade;
- Os dirigentes, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente.
- Apresenta certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Mantém a escrituração contábil segregada por área de atuação, saúde e educação, de modo a evidenciar as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada.

#### NOTA 16 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31/12/2025 a Entidade possuía cobertura de seguros de veículos, não contratando seguro contra incêndio e riscos diversos para os prédios, contando com brigada de incêndio interna e laudo atualizado de PPCI.

#### NOTA 17 – DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

As depreciações e amortizações dos bens adquiridos com recurso de subvenção, são registradas conforme a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Assim os valores reconhecidos como despesas de depreciação e amortização também são reconhecidos como receita de depreciação subvenção. Desta forma, no Demonstrativo de Resultado do Período, esta receita foi considerando para cálculo da depreciação do período, conforme detalhado:

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR (R\$)
Depreciação Acumulado do Imobilizado	(1.306.368,93)
Amortização Acumulada do Imobilizado	(12.552,67)
<b>Total Depreciações e Amortizações</b>	<b>(1.318.921,60)</b>

(-) Receita De Subvenção - Depreciação	315.937,66
<b>VALOR DO DEPRECIÇÃO AMORTIZAÇÃO PERÍODO</b>	<b>(1.002.983,94)</b>

#### **NOTA 18 – PROCESSO JUDICIAL**

Em outubro de 2022 o Hospital São João Batista entrou com processo judicial contra os Municípios de Nova Prata, Nova Araçá, André da Rocha, Guabijú, Paraí, Protásio Alves e São Jorge, pleiteando a diferença de R\$ 110.000,00 mensais adicionais destes municípios, pelo reajuste do contrato, especificamente na verba de Incentivo de Qualificação ao SUS (Pronto Atendimento e outros serviços), a contar da competência de setembro de 2022. Em função da divergência de valores devidos, o contrato com o SUS, que venceu em 31/08/2022 não foi renovado. Conforme determinação do judiciário, os municípios estão fazendo o pagamento ao Hospital do valor sem o reajuste, não havendo a descontinuidade da prestação do serviço. Em 12/09/2025, ocorreu audiência de conciliação onde o Hospital desistiu do valor judicialmente cobrado com relação ao custo SUS, optando por somente cobrar a diferença da correção monetária dos contratos vigentes pelo índice IPCA e de forma parcelada. Os meses de competências de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2025 foram cobrados pelo Hospital já corrigidos monetariamente pelo IPCA. Para o exercício 2026 foi elaborado novo Contrato, onde os permaneceram os municípios de Nova Prata, André da Rocha, Guabiju e Protásio Alves.

#### **NOTA 19 – OBRA NOVO PRONTO ATENDIMENTO**

Em 2022 foi iniciada a Construção do Novo Pronto Atendimento do Hospital São João Batista, a partir da Portaria nº 174/2022 da Secretaria Estadual da Saúde do RS, que autorizou a transferência do montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do Fundo Estadual de Saúde (FES) ao Fundo Municipal de Saúde de Nova Prata, destinado ao Hospital São João Batista para executar obra de ampliação da área física do Novo Pronto Atendimento de Urgência e Emergência, conforme Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, integrante do PROA 21/2000-0140188. Além do montante transferido pelo Estado do Rio Grande do Sul, foi necessário investimento com recursos próprio do Hospital, conforme detalhado na NOTA 7 - Imobilizado em Andamento. A obra está em fase final de execução com conclusão prevista para julho de 2026.

Nova Prata, 31 de dezembro de 2025

---

**Fernando Lenzi da Silva**  
Presidente

---

**Eliani Oliboni Antunes Zamin**  
Contadora CRC/RS 74.904

## **Declaração de Independência**

**A Diretoria do  
Hospital São João Batista  
Nova Prata – RS**

**Porto Alegre, 25 de março de 2026.**

Em conexão com nossos trabalhos de Auditoria Externa relacionados à emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, declaramos que a Schmitt Auditores S/S é independente em relação ao Hospital São João Batista e não houve conflito de interesse no processo de verificação de dados relativos às informações de acordo com as regras do Auditor Independente e do Código de Ética da Profissão.

**SCHIMITT AUDITORES SS  
KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT  
CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1**



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**A Diretoria do  
Hospital São João Batista  
Nova Prata – RS**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital São João Batista que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital São João Batista em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

## **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 16, às demonstrações contábeis, que informa que a Entidade possui cobertura de seguros de veículos, contando com brigada de incêndio interna e laudo atualizado de PPCI entretanto não contratou seguro contra incêndio e riscos diversos para os prédio, o que pode ser causa de solução de continuidade em caso de eventual sinistro.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria correspondente ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, conforme relatório do auditor independente, que não conteve qualquer modificação, emitido em 04/04/2025.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de março de 2026.

**SCHIMITT AUDITORES SS**  
**KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT**  
**CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1**

